



PROJETO DE LEI Nº , DE 2020
(Do Sr. CLAUDIO CAJADO)

Altera a Lei nº 12.587, de 2012, para estabelecer diretrizes para a prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, e a Lei nº 8.989, de 1995, para instituir isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI –, na aquisição de automóveis por motoristas que prestem esse serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estabelecer diretrizes para a prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, e a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para instituir isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI –, na aquisição de automóveis por motoristas que prestem esse serviço.

Art. 2º O parágrafo único do art. 11-A da Lei nº 12.587, de 2012, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

"Art.	11-A.
.....	
Parágrafo	único.
.....	

-
- IV – limitação do percentual cobrado pelas empresas sobre o valor das viagens realizadas pelos motoristas em, no máximo, 10% (dez por cento);
 - V – previsão de aviso prévio de 27 (vinte e sete) dias aos motoristas, referente à sua exclusão do aplicativo ou plataforma, garantido o devido direito à ampla defesa e ao contraditório;
 - VI – responsabilização das empresas por prejuízo causado ao motorista por passageiro por ela enviado ou por prejuízo sofrido por passageiro, causado pelo motorista, durante viagem contratada por aplicativo;



VII – obrigatoriedade de informação ao motorista, antes do início de qualquer viagem, sobre a localização exata do destino da viagem;

VIII – proibição da exclusão de motoristas com base na taxa de aceitação de viagens;

IX – previsão de pagamento ao motorista de taxa de cancelamento de corrida, quando este chegar ao local de embarque solicitado e o passageiro não comparecer ao local em até 5 (cinco) minutos;

X – exigência de documento com foto e comprovante de residência para cadastramento dos passageiros pelas empresas, bem como uso de aplicativo de reconhecimento facial para solicitação de viagem;

XI – exigência de instalação, no veículo, de dispositivo de rastreamento e monitoramento via satélite, com tecnologia sistema de posicionamento global – GPS, e de dispositivo eletrônico de segurança – botão do pânico.” (NR)

Art. 3º O *caput* do art. 1º da Lei nº 8.989, de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art.

1º

.....
.....
VI – motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, atividade de condutor autônomo de passageiros e que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel na forma prevista no inciso X do art. 4º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

.....” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo garantir condições mínimas para a prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, assim denominado pela Lei de Mobilidade Urbana, os já tão populares e consagrados “serviços por aplicativo”. Nosso foco é, especialmente, no que diz respeito aos direitos dos usuários e dos motoristas cadastrados nas grandes empresas ou plataformas de aplicativos.



Dessa forma, respeitando a competência do Poder local para a regulamentação desses serviços, nossa proposta inclui diretrizes federais que permitirão balizar a regulação local. Para tanto, estabelecemos que os Municípios e o Distrito Federal deverão, em sua regulamentação, instituir limitação em 10% do percentual cobrado pelas empresas sobre o valor das viagens realizadas pelos motoristas; prever prévio aviso ao motorista antes de sua exclusão do aplicativo ou plataforma, entre outras medidas que possibilitarão melhorias e mais segurança na prestação do serviço. Além disso, a obrigatoriedade do sistema de rastreamento e botão do pânico trará mais segurança para o serviço ofertado por esses profissionais. Provavelmente, irá coibir a prática de assaltos e a violência.

Quanto ao benefício tributário, deve-se deixar claro que os motoristas cadastrados em aplicativos exercem profissionalmente, como os taxistas, a atividade de condutor autônomo de passageiros. Apesar de exercerem o mesmo ofício, a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, somente beneficia os taxistas com a isenção de IPI sobre a aquisição de veículos automotores¹. Essa é uma situação, no mínimo, discriminatória. Deve-se ter em mente que, quanto mais cara for a aquisição do veículo, mais difícil será para o profissional adquirir um automóvel novo, com certeza mais seguro, para o transporte de seus passageiros. No fim das contas, essa discriminação leva os cidadãos a se verem privados de um dos direitos constitucionais entabulados no art. 6º da Constituição Federal², pois é notório que os motoristas de aplicativos, como o Uber ou Cabify, ofertam um serviço de transporte mais acessível à população.

Todo contribuinte que se encontre na mesma situação deve ter o mesmo tratamento tributário, sendo vedada qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercidas (art. 150, II, CF). Esse é o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), o qual pode ser observado no voto do Min. Maurício Corrêa na ADI nº 1.655/AP. Nesse julgamento deu-se por violadora dos princípios constitucionais da igualdade e da isonomia tributária a lei que estabelece tratamento desigual aos que se encontram na mesma situação, particularizando seus destinatários, criando um discrimen injustificado.

No que tange à isenção de IPI sobre a compra do veículo de condução dos passageiros, para evitar a perpetuação dessa injusta

¹ Art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

² Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.



marginalização dos motoristas cadastrados em aplicativo, é necessário passar-se a tratá-los igualmente aos taxistas.

Pelos méritos evidentes desta iniciativa, temos a certeza de contar com o apoio de nossos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado CLAUDIO CAJADO

2020-8389

